

Africanos do Brasil: um pequeno resumo da resistência à escravidão

Carmelindo Rodrigues da Silva¹
Professor de História da Educação

Alguns relatos da história do Brasil, tidos como absolutos e verdadeiros por séculos, carecem minimamente, de fato, de uma melhor reflexão. Principalmente no que tange a aspectos relativos ao desenvolvimento cultural dos africanos exportados para o Brasil pelo o tráfico escravista nos séculos XVI e XVII. Neste artigo abordaremos de forma rápida alguns conhecimentos dos africanos em relação à agricultura e o relacionamento por parte destes com a religião oficial portuguesa.

O tráfico de escravos africanos iniciado pelos portugueses em 1442, ganhou maior intensidade no século XVI. Gomes Eanes de Azurara, já na metade do século XV, justificava a prática do tráfico de escravos com os “grandes ideais” evangelizadores: *“estes negros não vinham da linhagem de mouros, mas de gentios, pelo qual seriam melhores de trazer ao caminho da salvação”*.² Outras justificativas se sucedem, no século XVII, Antônio de Oliveira de Cadornega (1681), apresenta mais um argumento justificador, agora, escorado em uma possível prática de antropofagia por parte dos povos africanos.

*Províncias e nações de diversas línguas, com as quais os portugueses fazem resgate de peças que servem de utilidade ao comércio, e muito mais ao serviço de Deus, e bem daquelas almas. Porque com estes resgates se evitam não haver tantos açougues de carne humana. E, instruídos na Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo indo batizados e catequizados se embarcam para as partes do Brasil ou para outras que tem uso católico. Tirado-os da gentildade e redimindo-lhes as vidas, prestam-se serviço a Deus e bem ao comércio.*³

O que surpreende é que estes argumentos tão antigos e flagrantemente justificadores tenham sobrevivido até aos nossos dias e, de certa forma, incorporado aos

¹ E-mail: carmelindo@gmail.com

² Gomes Eanes de AZURARA. Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné, p. 79

³ Antônio de Oliveira de CADORNEGA. História Geral das Guerras Coloniais Angolanas I, p. 14

estereótipos comuns estabelecidos para (des)qualificar por tantos séculos a cultura dos afrodescendentes brasileiros. No entanto, não é preciso um excesso de boa vontade para constatar a unilateralidade de tais argumentos e comprovar, inclusive, que alguns historiadores brasileiros há mais de 50 anos já apontavam, mesmo não aprofundado o suficiente em suas pesquisas, para uma realidade bem diversa dos estereótipos que através do “senso comum” introjetado foi sendo repassado através dos séculos e insiste em se galvanizar como herança cultural dos africanos do Brasil.

Em princípio é necessário que se esclareça que o Brasil só se tornou viável economicamente a partir do momento que os negros africanos começaram a ser desembarcados para o trabalho escravo. Alguns historiadores já afirmaram que, o português como qualquer outro europeu não imigrou para os trópicos para realizar trabalhos braçais. Até mesmo muitas atividades especializadas do período colonial acabaram sendo realizadas pelo braço escravo. O historiador C. R. Boxer afirma que os portugueses estavam admirados com os africanos, especialmente os congolese, que não conheciam a arte da escrita mas eram considerados os mais avançados da raça negra. *“Estes bantos da idade do ferro eram indubitavelmente muito mais avançados do que os ameríndios da Idade da Pedra”*.⁴ O historiador Stuart B. Schwartz, em seu livro “Segredos Internos”, acrescenta:

Muitos negros provinham da África ocidental, de culturas em que trabalhos com ferro, gado e outras atividades úteis para a lavoura açucareira eram praticados. Esses conhecimentos e a familiaridade com a agricultura em longo prazo tornavam-nos mais valiosos para os portugueses... Os africanos sem dúvida não eram mais “predispostos” ao cativeiro do que índios, portugueses, ingleses ou qualquer outro povo arrancado de sua terra natal e submetido à vontade alheia, mas as semelhanças de sua herança cultural com as tradições europeias valorizavam-nos aos olhos do europeu”.⁵

⁴ C. R. BOXER. O Império Marítimo Português, p. 106

⁵ Stuart B. SCHWARTZ. Segredos Internos, p. 70

Na sequência desse raciocínio que valoriza a ação laborativa dos africanos, Caio Prado, provavelmente considerando o distanciamento cultural entre os africanos e os autóctones, afirma, também, que o indígena brasileiro não foi capaz de dar conta do trabalho agrícola: *“Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala. [...] Aqui será o negro africano que resolverá o problema do trabalho”*.⁶ Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, declara que os africanos se revelaram superiores na formação econômica e social do Brasil não somente aos indígenas, mas às vezes melhores do que os portugueses.⁷

No entanto, Gilberto Freyre procura destacar a superioridade de determinadas etnias africanas sobre outras.⁸ Nesse propósito chega a afirmar que os sudaneses teriam cultura superior aos bantos. É possível concordar, em princípio, que muitos dos sudaneses islamizados tinham conhecimento da arte escrita. O contato com a região árabe do norte da África possibilitou o comércio internacional transaariano, trouxe consigo a influência do Islã a partir século VII e, provavelmente, introduziu também o conhecimento da escrita. No entanto, só esses conhecimentos não os colocavam como superiores aos povos bantos. Considerando o relato do jesuíta André João Antonil, os testemunhos de outros portugueses dos séculos XVI e XVII e afirmações de pesquisadores especialistas, pode-se perceber que todos os africanos exportados para o Brasil já haviam atingido a idade do ferro alguns séculos antes da chegada dos portugueses em 1442. E, a cultura banto digna de admiração dos recém-chegados não se limitava ao conhecimento do ferro. Quanto aos portugueses, nessa mesma época já conheciam a arte da escrita, mas o seu domínio era restrito, não alcançava toda sociedade portuguesa.

-portugueses e filhos de portugueses quase sem instrução nenhuma, analfabetos uns, semi-analfabetos na maior parte. Gente que quando

⁶ Caio PRADO JÚNIOR. *História Econômica do Brasil*, p. 36 e 37

⁷ Gilberto FREYRE. *Casa Grande e Senzala*, p. 286

⁸ Gilberto FREYRE. *Casa Grande e Senzala*, p. 307

tinha de escrever uma carta ou de fazer uma conta era pela mão do padre-mestre ou pela cabeça do caixeiro. (...) não raro, ricos fazendeiros do interior encarregavam seus amigos do litoral de lhes arranjar um genro que em vez de quaisquer outros dotes apenas soubesse ler e escrever.⁹

Através de uma rápida análise dos relatos de historiadores especialistas europeus e africanos, percebemos que a origem e o perfil dos povos africanos, especialmente as etnias exportadas para o Brasil era bem diverso dos argumentos estabelecidos para justificar a escravidão africana que os qualificavam como bárbaros e primitivos, que pertenceriam a uma civilização atrasada e inculta, sendo a escravidão a melhor oportunidade para que entrassem em contato com a civilização cristã ocidental, portadora dos “legítimos” valores que permitiriam “humanizar” os africanos.

A realidade é que todos os artigos do comércio internacional atraíram os portugueses desde os primeiros contatos, e o ouro era naturalmente a mercadoria mais cobiçada. A cultura do arroz muito desenvolvida em toda a costa da Guiné também compunha um desses itens. No fim do século XV os excedentes da produção das regiões de Serra Leoa já eram transportados para o norte. O tráfico de escravos executado pelos portugueses em um primeiro momento de forma incipiente, em poucos anos, tornou-se a mercadoria mais cobiçada pelos os portugueses. Do reino do Congo, mesmo com todos os entraves ao tráfico apresentados pelo seu rei, D. Afonso I, a exportação de escravos em 1530 atingia o número de 4000 a 5000 peças.¹⁰

Os próprios reis congolezes enviavam por vezes escravos de presentes aos reis de Portugal, mas a sua correspondência mostra claramente que o aumento de comércio escravista os preocupou bastante e que procuraram limita-lo tanto quanto puderam. Os reis portugueses, pelo menos intermitentemente, estavam também dispostos a colaborar nesse sentido com os monarcas congolezes mas os seus esforços eram

⁹ Ibid., p. 299

¹⁰ C. R. BOXER. O Império Marítimo Português, p. 108

*sistematicamente sabotados pelos governadores e pelos plantadores da ilha de São Tomé, que intensificaram com firmeza este tráfico, associados a negociantes do continente.*¹¹

No aspecto religioso, as relações entre os africanos do Congo e de Angola com os portugueses foram facilitadas, possivelmente, pela similaridade que pode ser constatada entre a concepção de ancestralidade das religiões dos povos banto e o panteão católico, pejado de santos e virgens-marias. Os angolanos e congolese com seus ancestrais intercessores e orixás, não tiveram dificuldades maiores para aceitarem a nova religião proposta pelos portugueses. Na declaração do Prof. Kabengele Munanga podemos perceber que as religiões de todos os povos banto são semelhantes. Algumas de suas características são descritas da seguinte forma:

*Todos acreditam num criador único ou divindade suprema: Zambi, Kalunga, Lessa, Mvidie, etc. É uma divindade longínqua, que criou o mundo e distanciou-se dele, deixando a administração a seus filhos divinizados que são ancestrais fundadores de linhagens. Por isso, essa divindade ou deus único é raramente objeto de culto coletivo, geralmente reservado às divindades secundárias (espíritos ancestrais). São estes que fazem o elo entre os homens e o deus único, criador de tudo que existe no mundo banto.*¹²

Os missionários portugueses propiciaram um grande impulso à propagação do cristianismo com a conversão do Rei Nzinga Nvemba. Batizado como D. Afonso I, foi ardente defensor da religião e da civilização europeia no século XVI. Considerado fervoroso e inteligente, fez o possível para implantar a nova religião através do ensino e do exemplo. A cristianização do Congo foi reconhecida por Portugal e também por Roma. Durante certo tempo, os congolese demonstraram genuína vontade de se adaptarem aos padrões de vida europeus. No entanto, aos poucos, o desencanto com o comportamento não esperado dos clérigos enviados como missionários por Portugal

¹¹ C. R. BOXER. O Império Colonial Português, p. 123

¹² MUNANGA, Kabengele. A origem Histórica do Quilombo na África. p. 4

foi se transformando em dura realidade. Uma carta, com o intuito de corrigir tais distorções, foi apresentada pelo embaixador do Congo ao Rei de Portugal, pedindo maior cuidado no envio de clérigos.

*Manda pedir que lhe mande Religiosos exemplares e de boa conduta, que contribuam com a vinda de Cristo, que tenham seus mosteiros e ensinem, como acontecia no tempo do Rei Dom Afonso; e que de outra forma não haverá crescimento da cristandade. Porque os Clérigos que tem sido enviados não executam o serviço de Deus nosso Senhor, mas apenas seus interesses particulares, e depois cheios de dinheiro retornam a Portugal.*¹³

No entanto, alguns fatores conspiraram contra a ocidentalização do Congo. Missionários, instrutores e artesãos não eram suficientes para ensinar novas técnicas aos congolezes. Apesar dos diversos pedidos de D. Afonso I, em momento algum suas solicitações foram atendidas, pelo menos próximo do desejado. Devido ao desconhecimento das causas e cura da malária e de outras doenças tropicais, muitos portugueses morriam pouco depois que chegavam ao Congo. Outro fator, segundo C. R. Boxer, seria relativo a baixa moralidade clerical de Portugal dessa época, considerada extremamente elementar, no que não diferia do restante da Europa.¹⁴ Alguns missionários dessa época apresentavam um caráter indiferente, despojados do sentido de vocação. Por fim, as crescentes empresas marítimas portuguesas que se estendiam das ilhas de especiarias a São Vicente, somados à constante guerra com o Marrocos, desviaram a atenção e os projetos de integração do Congo. O novo rei de Portugal, que governou de 1521 a 1557, D. João III não mostrou o mesmo entusiasmo de seus dois predecessores com o promissor campo missionário congolês. Na carta apresentada pelo secretário da Embaixada do Congo ao Rei de Portugal e ao Papa em Roma, em 1607 (M.M.A.), constata-se que 35 cidades da região já haviam se convertido ao cristianismo. O missivista ainda afirma que muitos outros vilarejos, “que

¹³ Monumenta Missionária Africana. vol. XV, p. 403

¹⁴ C. R. BOXER. O Império Marítimo Português, p. 108

não me ocorrem”,¹⁵ também já eram cristãos. Mas, o procedimento econômico falou mais alto. O tráfico de escravos iniciado em 1442, ganhou maior intensidade no século XVI.

Em 1563, Paulo Dias Novais, neto de Bartolomeu Dias, escreveu para Coroa portuguesa, falando de sua experiência na “embaixada civilizadora” que o levou a Ndongo escoltando quatro jesuítas. Estava desiludido quanto à possibilidade da conversão dos Mbundus, sem dificuldades.

*afirmava que a experiência demonstrara que os bantos eram bárbaros selvagens que não podiam ser convertidos pelos métodos pacíficos empregados em nações asiáticas tão cultas como a japonesa e a chinesa. O cristianismo em Angola, escreveu ele, tinha de ser imposto pela força das armas, ainda que uma vez que os bantos estivessem convertidos se tornassem cristãos excelentes e submissos.*¹⁶

Segundo Jaime Cortesão em “História da Expansão Portuguesa”, Paulo Dias Novais havia tomado conhecimento de informações otimistas sobre ricas minas de prata na região.¹⁷ Com essas informações e o sentimento comum de que Angola poderia tornar-se uma província agrícola como o Brasil e ainda mais com o rendoso tráfico de escravos, a Coroa portuguesa decidiu tomar posse mais efetiva do território. Para essa nova fase, Paulo Dias Novais que retornara a Lisboa em 1565 tinha a solução: ele mesmo. C. R. Boxer afirma que ele pediu insistentemente à administração da Corôa que o nomeasse conquistador e donatário de Angola, e que esse procedimento poderia ser desenvolvido à semelhança das capitanias do Brasil, e com sucesso.¹⁸ Paulo Dias Novais levaria quase dez anos para conseguir o seu intento. Somente em 16 de setembro de 1574 recebeu finalmente a sua carta donatária que tinha as mesmas disposições gerais de suas congêneres brasileiras.

¹⁵ Monumenta Missionária Africana. vol. XV, p. 404

¹⁶ C. R. BOXER. O Império Marítimo Português, p. 109

¹⁷ Jaime CORTESÃO. História da Expansão Portuguesa, p. 69

¹⁸ C. R. BOXER. O Império Marítimo Português, p. 110

Com o aumento da demanda por escravos pelos colonizadores europeus, Paulo Dias de Novais não perde tempo, devastou a bacia do Congo e Angola. Mas antes que se concretizasse esse feito, o Rei de Angola descontente com a ação dos portugueses e alertado pelo Rei do Congo mandou matar todos os portugueses que estavam em suas terras, e tomar-lhes suas posses, causando grande prejuízo a Coroa portuguesa.¹⁹ A decepção com o relacionamento com os portugueses que, de fato, nunca chegou a ser exatamente “pacífico”, levou os africanos de Angola e do Congo a tomar esta atitude contra os portugueses. Mas esta reação, teve um resultado uma tanto efêmero. E. P. Thompson em, “*A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*”, falando da importância da experiência individual e coletiva e do impacto destas experiências externas na modificação de conceitos estabelecidos, esclarece esta alteração de comportamento da seguinte forma:

*A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação e genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes tem novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.*²⁰

A reação dos angolanos e congoleses deu a Paulo Dias Novais o pretexto que desejava para dar fim ao período em que os reis de Portugal declaravam considerar “os reis do Congo como irmão de armas”. André Vidal de Negreiros com sua posterior ação em Ambuíla encerrou esta fase em definitivo. Jaime Cortesão, em História da Expansão Portuguesa, além de louvar as façanhas de Paulo Dias Novais, fala apenas dos 150 europeus (portugueses) que para ele seria um reforço insignificante, que as tropas portuguesas haviam recebido. No entanto, C. R. Boxer faz afirmações muito próximas das apresentadas por Alencastro. O descontentamento dos africanos foi alimentado também pelas exigências dos portugueses de pagamento de tributos por parte sobas

¹⁹ Jaime CORTESÃO. História da Expansão Portuguesa, p. 73

²⁰ E. P. THOMPSON. A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros, p. 17

(chefes locais). E, para reforçar o poderio do seu efetivo militar na expansão ultramarina, utilizaram-se dos chombaris e posteriormente, constituíram os temidos predadores jagas como espinha dorsal de suas tropas.²¹

*Capitaneando 10 mil arqueiros nativos – os chombaris -, Novais contava ainda com 150 arcabuzeiros europeus e alguma cavalaria, em parte composta de montarias vindas de Pernambuco e da Bahia, e cinquenta cães de fila temidos “como a morte” pelos ambundo. Desde então, o número de africanos deportados para as Américas ultrapassa o volume do tráfico transaariano para o Magrebe, assim como o tráfico marítimo para os portos europeus e as ilhas atlânticas.*²²

Paulo Dias de Novais contou com um poderoso aliado na ofensiva contra os africanos. Ao seu lado, agindo como se fosse um auxiliar militar estava o jesuíta Baltazar Barreira. Para Luiz Felipe de Alencastro, ele deveria ser considerado um verdadeiro chefe militar, quase que um segundo em comando das tropas. Barreira compartilhava do posicionamento de Novais em relação à conversão dos ambundos. Desta forma propunha também o desmantelamento do reino do Dongo para “salvá-lo para Cristo”. E, nas guerras de conquistas teria fornecido apoio moral e material aos capitães. No entanto, uma carta de um padre da Companhia de Jesus ao Provincial dos jesuítas (1583) aponta para a facilidade da conversão dos africanos.

Após a última, na qual foi dado aviso a Va. Ra. Da conversão de um Nobre principal deste reino, prouve a Deus Nosso Senhor dar a luz do seu santo conhecimento a muitos outros, em cujo número se encontraram também alguns Senhores de Vassali, os quais são tidos como grandes nesta terra: aos quais, ainda que por seu lado estivessem dispostos, tendo já aprendido o compêndio dos principais mistérios da nossa santa fé, e possuindo bem tudo quanto lhes fora ensinado, não pareceu, porém, se devesse dar o santo batismo, enquanto que aqui não se

²¹ C. R. BOXER. O Império Marítimo Português, p. 110

²² Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 78

*encontrava um número maior de Operários, pelos quais fossem principalmente informados acerca da doutrina cristã. Sendo deste modo apenas três que aqui se encontram da nossa Companhia, apenas e com dificuldade podemos servir às necessidades espirituais dos Portugueses, porque vivem em dois lugares muito distantes um do outro. Foram, todavia, batizados em diversas ocasiões em número de mil pessoas, de modo a serem procurados por eles para isto com grande fervor e devoção, como também para se encontrarem em lugares, onde podiam ser mais instruídos na fé recebida com menos fadiga.*²³

Mesmo com outros gerais da Companhia de Jesus do século XVI como Loyola, Laínez, Borja, Mercurian e Acquaviva que repugnavam o fato de que os inicianos possuíssem escravos, Barreira pensava e defendia um posicionamento diverso dos demais. Considerado apóstolo da África, evangelizador de Angola, Cabo Verde e Guiné, Baltazar Barreira entrou para a Companhia de Jesus em 1556 e serviu a Ordem e à Coroa por meio século. Ao falecer aos 66 anos de idade em Cabo Verde (1612), era carinhosamente chamado de Santo Velho por clérigos e fiéis.²⁴

Embora o escravismo possa ter sido praticado por toda sociedade europeia, sua legitimação não era tão unânime e nem dependeu exclusivamente de decisão de política colonial estabelecida pela Coroa. Mesmo com posicionamento contrário de diversos superiores da ordem, como o geral Francisco de Borja, já citado, que recomendava que a Companhia deveria se desfazer com suavidade dos escravos, até mesmo dos que se tinham em Portugal.²⁵ No entanto, essa não era a posição defendida publicamente por Baltazar Barreira.

Para Barreira não havia dúvidas sobre o bom fundamento da escravidão dos africanos. Valendo como dinheiro em toda parte, o escravo – ponderava Barreira – constituía a moeda da conquista. Prisioneiros de guerra, delinquentes e descendentes de outros cativos compunham os

²³ África Ocidental. Monumenta Missionária Africana, vol. XV, p. 283

²⁴ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 169 e 170

*contingentes do tráfico sertanejo africano. Puxada, vendida e revendida de feira em feira, toda essa gente se misturava, tornando impossível “tirar a limpo” a legitimidade do seu cativo. Por fim, alegava Barreira, os abundos pediram missionários para convertê-los e depois renegaram a fé cristã, descambando de novo no paganismo. Desse modo, a guerra que se lhes fazia devia ser entendida como uma guerra justa.*²⁶

Além de praticar aquilo que professava, Barreira encaminhou de Luanda um memorial aos letrados de Salamanca, Évora e Coimbra que debatiam a licitude do tráfico de escravos negros, esse seu posicionamento. E, em uma passagem pelo Brasil no ano de 1592, ainda não totalmente explicada se por obra do acaso ou intencional, o padre Pêro Rodrigues, nomeado visitador da Companhia em Angola, consultou os principais jesuítas locais sobre suas posições relativa ao envolvimento da Companhia de Jesus com o tráfico (litígios dos “amos”, os jesuítas estariam recebendo tributos em escravos) e que era a razão de sua missão em Angola. Luiz Felipe de Alencastro faz a seguinte afirmação sobre essa consulta:

*Embora o contexto social da América portuguesa – exportadora de mercadorias inertes – fosse diverso do de Angola – donde se exportavam mercadorias vivas -, os aldeamentos brasileiros guardavam semelhanças com o sistema dos sobados angolanos administrados pelos “amos” jesuítas. Consequentemente, José de Anchieta, Luis da Grã, Fernão Cardim, o provincial Marçal Beliarte e outros inicianos importantes da América portuguesa apóiam seus companheiros de Angola. Contrariando a ordem régia de 1592, eles decidem que os jesuítas devam continuar controlando os sobados.*²⁷

Baltazar Barreira era um padre visionário, encorajador dos embates contra os africanos. Nas batalhas ao lado de Paulo Dias Novais em muitas ocasiões anotou

²⁵ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 170

²⁶ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 171

prontamente visões de cruzeiros nos céus, visões da Virgem e espadas de fogo. Mas, para dar maior relevo à bravura dos portugueses, em seus relatos pouco fala da presença dos milhares de arqueiros nativos, aliados, que estavam juntos nos combates. Digna de nota, são os relatos das batalhas no distrito de Ilamba, Quissama e Dongo (1582–1583), que o mesmo enviou ao padre José de Anchieta, na época provincial do Brasil. Seu relato:

– do Dongo haviam sido quase todos mortos ou capturados. Jazia dizimada a aristocracia ambundo. Junto com centenas de narizes decepados, as cabeças dos chefes foram ensacadas e levadas para Luanda nas costas de vinte carregadores. Sessenta anos mais tarde o cronista Balthazar Telles se espanta com essas mutilações, considerando-as uma “cruel curiosidade”.²⁸

No final do século XVI os africanos de Angola e do Congo já haviam resistido de todas as formas, a eles possíveis, às ofensivas escravistas de Portugal. Paulo Dias de Novais e seus comandados haviam se tornados um tormento para os africanos, principalmente os da região do Dongo. Paulo Dias de Novais não ignorou a grande ajuda recebida da Companhia de Jesus, especialmente de Balthazar Barreira, e fez saber através de carta de doação que:

por me parecer serviço de Deus e do Rei nosso Senhor, de dar ao Padre Balthazar Barreira, e em seu nome aos Padres da Companhia de Jesus que nesta Conquista estiveram, e que adiante estarão, as terras de Andala Quirimba, Bumba e Hoho, que estão em Dongo, junto ao Rio Lutete, e as terras de Angola Mobebe, na comarca de Evula, até a parte do lado de Leste em Quigimo Easalá e de oeste com Songaiaquimona, e as terras de Sambeilangua, entre Lucala e Coãza, que divisam com Bambatungo e Angola Quilunguela.²⁹

²⁷ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 169

²⁸ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 173

A colonização da América em franca expansão continuaria exigindo cada vez mais a presença do braço africano na sua produção. Com a demanda por escravos africanos em alta e, conseqüentemente, mantido a possibilidade de alto lucro com o tráfico, a caça aos africanos prosseguiria. As “justificativas” para a escravização de africanos, presentes desde o século XV, cumpriam o seu nefasto efeito. Funcionavam como imobilizadores de consciência, mas podem explicitar também incertezas quanto à sua licitude mesmo para aquele contexto. Estas justificativas, tinham muitas variáveis. Quase todas invocando a propalada selvajaria dos nativos ou baseadas em ascetismo. Lendas e misticismo muitas vezes foram disseminados pelos representantes da Igreja, como o jesuíta Alonso de Sandoval que no seu tratado (início do século XVII) sobre os povos africanos, sentenciava:

Que os calores e os desertos da África misturavam todas as espécies e raças da natureza nas vizinhanças dos poços, criando um ecossistema particular capaz de engendrar hibridações monstruosas. Tal circunstância fazia da África o continente de todas bestialidades, o território de eleição do demônio.³⁰

A batalha de Ambuíla foi a última grande resistência africana da segunda metade do século XVII. De um lado, o mestre-de-campo e senhor de engenho paraibano André Vidal de Negreiros e suas tropas formada por naturais do Brasil, portugueses e seus aliados africanos, os jagas. Do outro, o rei do Congo D. António I, o Mani Mulanza e os combatentes congolezes. André Vidal de Negreiros, com seu ataque ao Congo, realizou a operação militar sonhada por todos os preadores de escravos da época. No entanto, como anteriormente mencionado, o Congo já era reconhecido como reino independente por Lisboa e outras capitais europeias. Era também já considerado cristão, portanto não se tratava de guerra justa. Segundo Alencastro, essa situação teria sido um sério embaraço para Negreiros. Precavido, com uma boa manobra política, obteve uma refutação prévia do caráter cristão creditado ao reino do Congo.

²⁹ Monumenta Missionária Africana. vol. XV, p. 279

³⁰ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 53

O padre Manoel Curado, deão de Angola e do Congo redige o atestado, procurando também desacreditar os dois cônegos que apoiavam o rei do Congo.

Cismáticos e idolatras”, assim se lhe representavam os dois cônegos africanos do Congo, Simão Medeiros e Miguel de Crasto. Para o deão, os dois sacerdotes bacongos botavam a perder o rei D. Antonio I, o Mani Mulanza, inculcando-lhe ideias de soberania. “Porque lhe tem metido em cabeça que é irmão de el-rei de Portugal, sendo um negro no trato e no governo, como todos os mais daqueles reinos”.³¹

Finda a batalha, a cabeça decepada de Mani Mulanza foi levada à capital Luanda e festejada pelas autoridades portuguesas. Levada em procissão até a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, a cabeça foi emparedada num nicho da capela.³² A batalha de Ambuíla foi um destaque pelos milhares de combatentes envolvidos de cada lado e também pela participação expressiva de brasileiros experimentados na guerra contra os holandeses, notadamente de Pernambuco. A tropa levada para África por André Vidal de Negreiros era composta por brancos, mulatos e negros. A resistência dos africanos na segunda metade do século XVII não teve êxito. Restou aos mesmos, continuar resistindo aos embarques para o desconhecido. Resistir aos horrores da travessia do Atlântico nos tumbeiros e..., sobreviver se possível na Terra de Santa Cruz.

No reino do Congo, o número de escravos é quase igual ao das pessoas livres. Há, porém, grande diferença entre os escravos dos portugueses e os dos pretos. Os primeiros obedecem não só as palavras, mas até os sinais, receando sobretudo ser levados para o Brasil ou para a Nova Espanha, pois estão persuadidos de que, chegando àquelas terras, seriam mortos, pelos compradores, os quais, conforme pensam, tirariam dos seus ossos a pólvora e dos miolos e das carnes o azeite que chega à Etiópia [à África] [...] portanto, só pelo terror de serem mandados para a América, agitam-se freneticamente e, se possível, fogem para as

³¹ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, p. 290

³² Ibid., p. 297

*matas. Outros, no momento de embarcar, desafiam as pauladas e matam-se a si mesmos, atirando-se à água. Um século mais tarde, um médico de Luanda confirmava que os escravos continuavam a pensar que seriam devorados pelos brancos do outro lado do mar. Para os nativos de Angola, os verdadeiros canibais eram os brancos da América portuguesa.*³³

Em qualquer lugar do mundo, em qualquer época, nenhum povo se submete voluntariamente a um regime de escravidão. O contato inicial entre os europeus, portugueses, e africanos no século XV principiou o flagelo dos povos da África. O contato iniciado por D. João II tinha possibilidade de se tornar bem sucedido e, quem saberá, ser proveitoso para todos os povos envolvidos. No entanto, a cobiça se sobrepôs a qualquer razoabilidade de vantagens universais a médio e longo prazo que pudesse beneficiar a todos. Quanto à licitude da escravidão, o que se percebe são as frágeis e inconstantes justificativas que nada justificam, mas, passados quatro séculos, ainda anestesiam a mente e as ações de muitos personagens não afrodescendentes que se julgam superiores agarrados, algumas vezes até de forma inconsciente, às velhas e surradas narrativas falaciosas. Foi grande a resistência oferecida pelos povos africanos contra a empresa europeia do tráfico, no entanto não foram bem sucedidos naquele momento histórico e continuaram a ser embarcados à força, enviados para além mar.

Do outro lado do Oceano Atlântico, nas novas terras do Brasil, os africanos sobreviventes das terríveis viagens nos tumbeiros perceberiam que não era infundado o temor que nutriam pelos brancos e pelas terras desconhecidas. Chegados à nova terra, a vida média de um escravo dificilmente ultrapassaria os dez anos. E, um dos produtos gerados pelo trabalho desses escravos, o açúcar, serviria de moeda corrente na África para compra de novos cativos.

³³ Luiz Felipe de ALENCASTRO. O Trato dos Viventes, cit. Cavazzi, p. 147

Fontes e Bibliografia:

Fontes:

AZURARA, Gomes E. *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Mira-Sintra, Portugal: Publicações Europa-América Ltda., [1989].

CADORNEGA, António de O. *História Geral das Guerras Coloniais Angolanas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.

BRÁSIO, Padre Antônio (org.). *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental – Vol. XV*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1988.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz F. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras [Ed. Schwarcz], 2000.

BOXER, C. R. *O Império Colonial Português*. Lisboa [Portugal]: Edições 70, 1978.

BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português*. Lisboa [Portugal]: Edições 70, 1969.

CORTESÃO, J. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 34ª ed.: Rio de Janeiro: Record, 1992.

MUNANGA, Kabengele. *A origem Histórica do Quilombo na África*. São Paulo: Revista da USP 28, 1995/1996.

PRADO, Caio. J. *História Econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo: Cia. das Letras [Ed. Schwarcz], 1988.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.